



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/11/2016 - Telesíntese

Anatel e MCTIC defendem acordo de multas com a Oi, apesar da AGU

Governo diverge da Advocacia Geral da União sobre como conduzir as negociações das multas da Anatel na Oi



O secretário de telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações, André Borges, afirmou hoje, 23, que a proposta da Oi, que quer transformar as multas que recebeu da Anatel, de R\$ 11 bilhões, em investimentos e pres-

tação de serviço é uma “boa alternativa”. “Do ponto de vista do Tesouro também não deve afetar muita coisa, pois são recursos com o qual não contava”, disse o secretário.

Hoje, o presidente da Oi, Marco Schoreder, disse em Brasília que pretende negociar com a Anatel essa dívida e transformá-la em investimentos em banda larga e prestação de serviços para a população e o governo. “A Anatel tem interesse em fazer isso, e para nós também faz sentido”, afirmou o secretário. As operadoras concorrentes preocupam-se, porém, com a proposta da oferta de serviços, pois poderá ser uma medida anticoncorrencial.

“Mas a AGU entende que não pode haver essa negociação. E esse assunto está sendo decidido na justiça”, afirma Borges. Apesar de a AGU ter perdido em primeira instância o recurso para o adiamento da reunião de conciliação, marcada para esta quinta-feira, ela apelou para a segunda instância, e até o final desta edição ainda não se sabia se haveria ou não a reunião prevista para amanhã.

No entender de Borges, o governo acha bastan-

te interessante a proposta de TAC apresentada pela concessionária, pois, no seu entender, resolveria o problema das multas. Para ele, o impasse sobre se se deve ou não tratar dessa questão na recuperação judicial é meramente jurídico, e não legal.

Para Igor de Freitas, conselheiro da Anatel, a posição da AGU, que representa a Anatel na reunião de conciliação com a Oi, já está pacificada, ou seja, não há acordo sobre esse valor, a não ser o parcelamento em seis meses, nos termos da lei, disse.

Mas, observa, se essa tese prevalecer, haverá o risco concreto de a Oi quebrar.

Para ele, existem dois cenários para recurso:

1. “A Oi ganha a tese e as multas ficam na RJ, recorre-se até última instância no STJ. A Oi ganha, e o governo é obrigado a fazer parte da assembleia de credores, vota o acordo e aí simplesmente passa a haver a mediação e o acordo envolvendo os créditos do TAC e da AGU.
2. A AGU ganha em fase recursal os créditos da Anatel, os R\$ 11 bi ou seja qual for o valor dos créditos não tributários. Eles saem do processo de RJ. Qual a consequência disso? O plano de recuperação fica inviável. Essa é a avaliação do mercado geral, dos bancos. Todos estão cientes disso. E aí? A Oi quebra? Sofre intervenção?”

Freitas observa também que, mesmo que a Anatel aceite negociar um TAC com a Oi, ela só assinará o contrato depois que o plano de recuperação for aprovado por todos os credores. “Sem um plano exequível, também não podemos aceitar um acordo com a operadora”, conclui o conselheiro.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/11/2016 - Telesíntese

Os serviços das OTTs vão ter que ajudar a financiar a rede, diz fazenda

Na visão do representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda, Marcelo Matos Ramos, as OTTs competem sim com as operadoras e a competição vai se acirrar.

O debate sobre as mesmas regras para os mesmos serviços no 60º Painel Telebrasil, que se realiza em Brasília, mostrou, mais uma vez, que se está longe de um consenso sobre se se deve ou não regular as empresas de internet, as chamadas OTTs, ou over-the-top, que hoje atuam livremente no mercado. Para o conselheiro Aníbal Diniz, o caminho não é regular as OTTs, mas simplificar a regulação do setor de telecom sem prejudicar os usuários “que gostam muito dos serviços das OTTs, como os serviços de vídeo, de mensagem instantânea”. Já o coordenador-geral de promoção da concorrência do Ministério da Fazenda, Marcelo de Matos Ramos, entende que, hoje, de fato existe competição entre OTTs e operadoras “e minha impressão é que essa competição tende a piorar”.

Enquanto o conselheiro entende que é possível se chegar a um equilíbrio reduzindo as obrigações das operadoras, Ramos considera que esse equilíbrio entre

não frear a inovação e, ao mesmo tempo, manter a sobrevivência das teles, já que os dados das OTTs consomem cada vez mais infraestrutura de telecom exigindo mais investimentos, é se achar uma forma de os serviços das OTTs colaborarem para “a sustentabilidade do ecossistema”.

Hoje, ressaltou Stefano De Angelis, presidente da TIM Brasil, “a conta não fecha” para as operadoras, embora a atividade das OTTs seja complementar. “Temos parcerias, mas precisamos de rentabilidade para continuar investindo”, observou. Segundo ele, os serviços das OTTs, podem ser divididos em três categorias: aqueles que não têm nada a ver com os das operadoras, como os de publicidades; os de vídeo, onde já enfrentamos regras assimétricas; e os de comunicação, onde há canibalização da oferta das operadoras.

23 DE NOVEMBRO DE 2016 - Telesíntese

Martinhão defende flexibilizar Marco Civil no caso da IOT e zero rating

Para o secretário de Política de Informática, Maximiliano Martinhão, essas duas áreas exigem flexibilização das regras para não segurar inovação.

Maximiliano Martinhão - Secretário de Telecomunicações Em debate no 60º Painel Telebrasil, que se realiza em Brasília, o secretário de Política de Informática, Maximiliano Martinhão, disse que considera necessário flexibilizar as regras do Marco Civil da Internet tanto no caso do zero rating – oferta de serviço gratuito pela operadora ao cliente, pago ou não pelo dono do serviço — como da Internet das Coisas (IoT). Segundo ele, o Brasil não pode ser rígido nesses dois casos para “não segurar a inovação”.

Ele disse que dava esta opinião não como presidente do Comitê Gestor da Internet mas como Secretário de Política de Informática. Sua secretaria prepara o lançamento de um Plano de IoT para o próximo ano. De acordo com ele, para recepcionar as mudanças, talvez seja necessário fazer uma alteração na regulamentação do Marco Civil ou, então, incluir algum dispositivo na Lei de Proteção de Dados Pessoais, em tramitação no Congresso Nacional.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23 DE NOVEMBRO DE 2016 - Telesíntese

O problema das OTTs é só a ponta do que vem pela frente, diz Navarro

Para o presidente da Telefônica Vivo, o setor tem que mudar o mind set e entender a nova realidade. Se não se preparar para o futuro, a Internet das Coisas vai se inviabilizar para as operadoras, que serão atropeladas por outras companhias.



Num alerta para todas as empresas do setor de telecom, o presidente da Telefônica Vivo, Eduardo Navarro, que assumiu o cargo recentemente, disse que o problema das OTTs não é um problema do Brasil nem um problema do setor de telecom. “É o mesmo problema dos táxi versus Uber ou do setor financeiro versus Fisntechs”, observou. Para ele, que trabalhou na área de serviços digitais da Telefônica, na Espanha, o setor tem que mudar o mind set, pois o cenário é outro, e precisa aprender a entender e analisar esse cenário.

Enquanto o Brasil convive com quatro operadoras dominantes, onde nenhuma tem mais de 30% de cota de mercado, no mundo das OTTs, um buscador tem mais de 90% de mercado, na mensageria há dominação de um aplicativo. A compra do WhatsApp pelo Facebook foi aprovada pelos reguladores da União Europeia em uma semana quando um processo de compra ou fusão de operadoras na Europa não leva menos de um ano.

Essas assimetrias, lembrou, têm que ser encaradas

a sério. Em sua opinião, é preciso tratar os problemas de forma mais pragmática, especialmente em relação ao futuro. Ele ponderou que é preciso preparar o terreno para a Internet das Coisas. Se não for resolvidos problemas regulatórios como o do Fistel, no caso do Brasil, a Internet das Coisas pode se inviabilizar para o setor de telecom.

“Se essas barreiras não forem resolvidas, virão empresas para trazer soluções da mesma forma que o WhatsApp acabou com o sistema de mensageria das operadoras. IoT vai ser muito mais do que envio de dados via conexão. Vai ser gestão de dados”, observou, afirmando que hoje a política de proteção de dados do cidadão é totalmente assimétrica. Enquanto a Telefônica Vivo tem que atender a 2 milhões de pedidos de informações por ano de autoridades da Justiça, e manejar esses dados com o máximo cuidado, as OTT não tem esse tipo de encargo.

Navarro destacou que não é contra as OTTs, pois elas carregam serviços na rede que são “adorados” pelos seus clientes, que ele mesmo é usuário desses serviços, que a Telefônica Vivo é parceira de OTTs, mas defende a necessidade de se encontrar um ponto de equilíbrio para a convivência de todos os players. Há muitas assimetrias que vão da carga tributária, da carga regulatória às próprias atividades permitidas a um e outro grupo de empresas. “Temos que encontrar uma forma de convivência sustentável”, disse ele.

Navarro destacou, no entanto, que uma operadora não é uma OTT. “Não podemos esquecer nosso DNA. Nossa fortaleza é a relação com nossos clientes, é a conectividade. A evolução para mundo digital tem que ser a partir da conectividade.”



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/11/2016 - Convergência Digital

Anatel prefere desregular teles que regular internet

Em que pese os repetidos apelos das operadoras de telecomunicações por melhores condições de competir com as empresas da internet, o entendimento da Anatel até aqui é que essa disputa será melhor endereçada com a redução das obrigações das teles – e não repassá-las às OTTs. Como destacou o superintendente de Competição da agência, Carlos Baigorri, durante o Painel Telebrasil 2016, com menores barreiras de entrada, menor deve ser o papel da regulação.

“ Quando surge uma inovação tecnológica que reduz as barreiras de entrada e permite que novos prestadores entrem no mercado, a solução não é a regulamentação desses novos competidores, mas a desregulamentação dos competidores existentes”, defendeu Baigorri.

Segundo ele, o que justifica a atuação da regulação econômica no setor de telecomunicações é justamente a baixa competição associada a elevados custos fixos, o que faz com que existam poucas empresas

no mercado. “ A inovação tecnológica está reduzindo a necessidade de uma intervenção regulatória. Não é uma questão de regulamentar os OTTs, mas desregular os operadores tradicionais”, insistiu.

“ É um desafio de todos os reguladores como criar um ambiente de justa concorrência entre agentes que disputam o mesmo mercado mas têm condições totalmente diferentes. Não é fácil. A gente tem que tentar identificar na regulamentação da Anatel quais eram as obrigações regulatórias que faziam sentido na época que não existia internet e que não faz mais sentido hoje. Por exemplo, o regulamento tem obrigações de SMS, mas isso não faz sentido no mundo de Whatsapp e Facebook Messenger.” Assistam a entrevista com o superintendente de Competição da agência, Carlos Baigorri.

Assista ao vídeo:

<https://www.youtube.com/watch?v=WU4QfosumxY>

23/11/2016 - Portal Vermelho

Paulo Kliass: PEC 55, o financismo na Constituição

Concordar com a PEC 55 é aceitar passivamente a hegemonia dos bancos no interior da Carta que pretendia promover a inclusão e a igualdade.

A decisão de enviar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para tratar de uma dificuldade conjuntural, com o intuito de encontrar alguma saída para a atual crise fiscal, carrega consigo um significado profundo. Estamos frente a um risco muito mais grave e abrangente do que simplesmente a recomendação de se aumentar ainda mais a já elevada dose de austeridade na condução da política econômica.

A aprovação da PEC 241 pela Câmara dos Deputados e sua renumeração como PEC 55 no trânsito pelo Senado Federal têm o sentido exato de introduzir a lógica de dominância do financismo no interior mesmo do texto de nossa Constituição Federal. Uma sandice! As diretrizes constitucionais mais gerais para o tratamento das contas públicas não estabelecem hierarquia entre os diferentes tipos de receitas ou

despesas. Esse tipo de orientação recebeu delegação do constituinte para ser contemplada na legislação infraconstitucional.

Assim, por exemplo, ocorreu no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, quando ele encaminhou ao Congresso Nacional uma proposição legislativa tratando das finanças públicas, tal como previsto no art. 163 da CF. Após tramitação, a matéria terminou aprovada, em maio de 2.000, sob a forma da Lei Complementar nº 101, - a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Naquele texto, pela primeira vez, foi incorporado como determinação legal um certo procedimento diferenciado para a apuração do resultado das contas públicas.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/290089-1>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/11/2016 - RBA

Centrais conseguem adiar leitura de relatório da terceirização

Acordo define que até votação definitiva do PLC 30 no Senado, a Câmara deixará parado o PL 4.302, que trata do mesmo tema, para respeitar tramitação da outra Casa legislativa

O relatório do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que regulamenta a atividade de terceirização no país, será apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), na próxima quarta-feira (30), ao plenário do Senado. Na véspera, o texto será rediscutido com entidades sindicais, que são contrárias ao projeto da forma como foi aprovado na Câmara. A nova data foi definida hoje (23) em reunião entre parlamentares, representantes de centrais, os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e Paim, que é o relator.

Rodrigo Maia afirmou que o Projeto de Lei 4.302/98, sobre o mesmo tema, só terá seguimento definido na Câmara, depois de qualquer deliberação por parte do Senado. Desde o início da semana, o assunto vinha provocando polêmica entre os parlamentares das duas Casas, diante da articulação de integrantes da base aliada do governo, que levou à retomada da tramitação do PL, enviado ao Congresso ainda no governo Fernando Henrique Cardoso.

Para integrantes das centrais sindicais, que querem mais tempo para discutir a matéria e ajudar a construir um texto de consenso que contemple o interesse dos trabalhadores, a reunião permitiu maior prazo para que eles possam percorrer gabinetes e conversar com os senadores, no objetivo de evitar uma proposta que cause prejuízos aos trabalhadores e evite maior precarização do sistema atual de trabalho.

"Queremos a regulamentação, mas não a generalização", afirmou o presidente da UGT, Ricardo Patah. Segundo ele, o debate não pode ser "açodado" e precisa ser ampliado.

"Essa também é a posição do presidente Renan Calheiros: regulamentar os 13 milhões de terceirizados hoje, sim. Terceirizar tudo, não", enfatizou Paim. "Mediante isso, conversamos também com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e também

chegamos a um entendimento com ele que o projeto que está lá, que trata também desse tema, não será votado, para que o nosso relatório seja apreciado no Senado e seja a linha de regulamentação dos terceirizados no Brasil. Com certeza, o meu projeto vai garantir que não vai ser terceirizada a atividade-fim."

A secretária de Relações do Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa, tem afirmado que os trabalhadores não podem pagar pela crise observada no país e que toda questão que venha a retirar direitos dos brasileiros, assim como mudanças na Previdência, serão amplamente rebatidas e objeto de mobilizações por parte da central.

Fôlego

Segundo a dirigente, o Executivo federal tem tentado evitar movimentos populares contra essas medidas por meio de manobras dentro do Congresso que têm o objetivo de permitir tramitações mais rápidas de matérias legislativas, como é o caso da terceirização. Motivo pelo qual foi negociado maior prazo para discussão do texto.

A diretora da CUT também afirmou que representantes do chamado Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização vão visitar os senadores e cobrar deles a rejeição ao PLC 30 até a próxima semana.

A economista Marilane Oliveira Teixeira, integrante da coordenação do fórum, afirma que o adiamento deu algum fôlego para que se construa uma alternativa ao texto vindo da Câmara. "A ideia é que seja resgatado um texto substitutivo ao PLC, construído a partir de ampla discussão com os integrantes do fórum", disse Marilane.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/11/acordo-entre-parlamentares-permitiu-adiamento-de-relatorio-sobre-terceirizacao-ate-proxima-semana-3766.html>